

A POSITIVIDADE DO SIGNIFICANTE: UM MODELO METODOLÓGICO PARA A LINGUAGEM?

Hugo Mari
Departamento de Letras Vernáculas
Faculdade de Letras-UFMG

1. Introdução

Os problemas relativos ao conhecimento da linguagem no séc. XIX, a partir dos trabalhos de Schlegel, Grimm e Bopp, principalmente, marcaram uma oposição nítida ao modo pelo qual esses problemas foram formulados no séc. XVII e XVIII. Aqui elegeu-se, a partir da tradição clássica e do nominalismo medieval, o domínio logicista da linguagem como núcleo da discussão e, em decorrência, um apelo aos aspectos de representação do signo ou da proposição.

No séc. XIX, o panorama teórico não propiciava mais esse nível global de análise da representação; entraram em discussão razões específicas em torno da necessidade de se prover cada forma de conhecimento de uma dimensão de positividade, com base nos métodos que as ciências naturais já vinham desenvolvendo. Acrescenta-se ainda um fator adicional, isto é, o *evolucionismo* de Darwin, que assinalou, de modo decisivo, uma influência muito grande em toda forma de conhecimento desse período e, por conseguinte, também na discussão da linguagem.

Neste texto, pretendo fazer um comentário global sobre aquilo que foi mais representativo do ponto de vista teórico, na discussão dos princípios de análise linguística no séc. XIX e, em seguida, avaliar duas posições que, supostamente, marcariam um contraste com o aspecto da linguagem que a Gramática Comparada escolheria como centro da sua reflexão: o significante.

2. A Gramática Comparada como Lingüística do Significante

Partindo da preocupação inicial de centralizar a questão da linguagem numa abordagem interna, predominantemente localizada na dimensão do significante (Se), a Lingüística Histórica pretendeu não apenas isolar um objeto de conhecimento que pudesse dar uma feição diferente à reflexão lingüística, como também, mostrar como esse objeto, à semelhança das ciências naturais, podia ser configurado, a partir de leis específicas da sua constituição e da sua evolução, o que possibilitaria à Lingüística Histórica constituir-se como uma verdadeira ciência empírica. Dai o teor de positividade que lhe é imputado.

Assim, do lado da sua constituição, tentou-se uma especificação de análise numa linha quase genética das unidades integrantes de uma língua. Procedeu-se a uma verdadeira dissecação dos sons (o termo Fonema só mais tarde foi empregado), seja do ponto de vista da sua produção física, isto é, órgãos ativos na sua realização; seja quanto à sua organização em sistemas e subsistemas de vogais e consoantes. Esse trabalho possibilitou falar, como o faz Foucault, de uma *nova teoria do radical*, pelo fato de que o aprofundamento no estudo das vogais - um desafio que a Gramática Comparativa enfrentou - permitiu neutralizar os acidentes verificados no radical e registrados, geralmente, como exeções. Estes agora têm sua realização particular explicada com base no condicionamento de vogais que passarão a figurar nas desinências que a eles são anexadas. Pôde-se, a partir dessa avaliação da influência múltipla entre vogais das desinências e vogais do radical, falar também de sistemas de flexão e, em especial, destacando-se aqueles relativos à expressão de aspectos verbais de uma língua, as quais mereceram um tratamento particular, devido à riqueza quantitativa de suas formas e à regularidade de sua manifestação.

Assim, a Lingüística Histórica, ao tentar montar uma metodologia de análise com base na reconstrução sistemática dos fenômenos de variação de uma língua, que até então eram vistos

como eventuais, díspares e desconexos, prepara o terreno para um novo alcance a que a análise da linguagem viria atingir: a evolução de um sistema a partir de fases da sua existência, ou a comparação entre sistemas diferentes, como uma forma objetiva de traduzir o caráter de positividade do conhecimento lingüístico.

Do lado da evolução, a Lingüística Histórica encontrou um terreno fértil para caminhar: de posse, como nunca se teve, de um número de fatos cada vez maior e mais estruturados de sistemas particulares, ela pode sustentar hipóteses sobre a evolução, que tornavam cada vez mais eficiente o seu procedimento de análise. Mas havia, apesar desse entusiasmo promissor, uma certa cautela, pelo menos da parte de alguns autores, na condução e na utilização desses fatos. Embora esse período tenha sido alentador para as chamadas *leis da evolução fonética*, havia um cuidado paralelo em não se criarem supostas primazias de um sistema sobre outro. Cada sistema é autônomo e independente, não havendo razões para se considerar uns como protótipos-geradores dos outros. Assim, o processo de reconstrução não chegaria a assegurar uma *relação mãe-filha* entre línguas comparadas, mas antes uma *relação irmãs*, apesar de se reconhecer que o sânscrito, o persa, por exemplo, fossem línguas reconhecidas como mais antigas e, em certas circunstâncias, depositárias de fatos relevantes na unificação de famílias lingüísticas.

Havia impasses na formulação dessas *leis*, decorrentes da dificuldade metodológica de se transitar entre o local e o global. Nada disso é, porém, peculiar à Lingüística Histórica: todos os modelos que se propuseram à aventura de um *salto dedutivo* enfrentaram o mesmo tipo de problema. Qualquer pretensão, associada à universalização de princípios, confronta-se com o caráter de autonomia dos sistemas lingüísticos. Se os sistemas são autônomos, então, eles são antes auto-organizáveis e contam com parâmetros de harmonização interna, com ajustes idiossincráticos, o que pode significar atropelos para pretensões a uma validade universal de *leis*, construídas trans-sistematicamente. Trata-se de uma objeção formulada em termos de princípio, o que não nega o

fato de que, empiricamente, os fenômenos possam coincidir na passagem de um sistema para outro.

Embora dispondo de um arsenal empírico extenso, montado em bases objetivas de análise, a *Linguística Histórica* descartou o ideal de remontagem de uma língua adâmica, princípio às vezes cultivado no ambiente evolucionista. O pendor reconstrutivista, alicerçado em descobertas cada vez mais intensas e penetrantes - o episódio do zenda é exemplar - foi suficientemente consciente do seu alcance, ao colocar a alegoria da Torre de Babel - local de proliferação das línguas - como um limite necessário; nada de escalá-la na busca de uma volta unificante e triunfal. O trunfo de uma abordagem que se pretendia positiva tinha que estar montado numa análise imparcial de fatos reunidos, a partir do reconhecimento, aferido pelo método da reconstrução, de algum estágio documental da língua. Posturas contrárias a essa que surgiram, mais tarde, com base na idéia de radicais básicos¹ soariam, nesse contexto, como absolutamente folclóricas.

Colocada diante do desafio de dar conta da essência da linguagem - ser - e de seus movimentos - devir -, a *Linguística Histórica* se vê na contingência de apurar métodos e princípios que viessem atender a esse desafio. Ela busca na materialidade desse ser a forma mais eficaz de fazer dela uma ciência positiva. Desse compromisso decorre a opção por uma ênfase no *Significante*, como condição primeira da existência de qualquer sistema lingüístico, excluindo, de antemão, os fantasmas de uma lembrança metafísica, que só o Positivismo Lógico mais tarde foi capaz de efetivar, daí um certo recalque do significado (So), da representação, como produtos do sujeito, em favor de uma *lingüística do significante*.

¹ Dupas, retomando a formulação de Marr, escreve: "Rappelons que pour N. Ya. Marr un processus unique a produit tous les mots de toutes les langues, qui tous contiennent les quatre éléments Sal, Ber, Yon, Roch." DUPAS, J.-C. Pour et contre Marr. Les arguments échangés. Langage et classes sociales. Le Marrisme. *Langage*, 46, 1977. p. 38-58.

Penso que essa formulação resume parte das questões levantadas por Bréal² Foucault³ e Domingues⁴ sobre a problemática da linguagem na *episteme* do séc. XIX. Gostaria de, em função dessa colocação, formular uma questão específica para análise:

Se a positividade filológica do séc. XIX, fundando uma Linguística do Se, confere pretensões à validade a uma ciência da linguagem, pergunta-se: qual a continuidade de uma ciência, assim articulada, no desenvolvimento subsequente dos estudos da linguagem?

Uma resposta a essa questão, se é viável, certamente implicaria uma escrutinação de um número de fatos e abordagens muito grande, desenvolvidos neste século, sobretudo a partir da década de 50, com uma certa "diáspora estruturalista". Isso é um projeto muito extenso o que, nesse momento, torna inviável uma avaliação em termos dos seus desdobramentos mais imediatos. Gostaria, nos limites desse trabalho, de propor um início de reflexão sobre os problemas levantados com base em dois lugares específicos e cronologicamente situados nas vizinhanças da abordagem historicista. Refiro-me, num primeiro momento, ao movimento dos neogramáticos; em seguida, à questão da Semântica Diacrônica formulada por Bréal e seguidores. É importante assinalar que esses dois momentos não serão assumidos aqui, nem em termos da efetiva contribuição para o estudo da linguagem, nem pelo valor especulativo, nem como método de análise lingüística, mas apenas pela proximidade temporal e por uma relativa discrepância temático-metodológica.

² BRÉAL, M. Introduction. In: BOPP, M.F. *Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes...* 2 ed. Paris: Imprimerie Nationale, 1875.

³ FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

⁴ DOMINGUES, I. *O grau Zero do Conhecimento. O Problema da Fundamentação das Ciências Humanas*. São Paulo: Loyola, 1991.

3. Análise da questão proposta

3.1 - Os Neogramáticos

Avalistas do movimento dos neogramáticos, sobretudo em função das propostas de Osthoff e Brugmann, no Prefácio, têm apontado dificuldades na compreensão da linha de pensamento daquilo que viria a ser admitido como uma alternativa, em termos, aos postulados das análises comparativo-evolutivas do séc. XIX.

Apesar do vigor e da extensão que os estudos comparatistas alcançaram, principalmente com a publicação da *Grammaire Comparée*, de Bopp, a perspectiva mecanicista, para explicar princípios de evolução fonética, começava, depois da segunda metade daquele século, a ser criticada em favor de uma vertente que pretendia ver a evolução de um sistema lingüístico abordada não apenas através de mecanismo físicos-mecânicos, mas também através de componentes de ordem psíquica. Raciocinava-se, no interior dessa vertente, que a língua não é um mecanismo autônomo, independente do falante que a articula e que dessa relação, falante/língua, deve-se deduzir implicações que não são apenas de ordem fisiológica. Ou, como lembra Hermann Paul⁵:

"O verdadeiro objeto para a investigação da língua é antes constituído por todas as manifestações de atividade da fala em todos os individuos na sua ação reciproca." (p.34)

O movimento dos neogramáticos interveio exatamente nesse ponto da controvérsia, acrescentando a ela um novo ingrediente: a necessidade de relativizar o peso das línguas antigas/clássicas nas pesquisas comparativas. Seus representantes argumentavam que o valor maior do estudo comparativo estaria na

⁵ PAUL, Hermann. *Princípios Fundamentais de História da Língua*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1970.

avaliação de línguas cuja atividade de fala tivesse uma intensidade marcante, pois é esta atividade que, certamente, mostraria os aspectos mais sensíveis, mais relevantes para fundamentar variações dialetais, socioletais, etc. A hipótese aqui pressuposta descarta o alcance de validade de certas análises lingüísticas onde as práticas de linguagem fossem substituídas por registros documentais: aqui o processo de linguagem resultaria sempre incompleto e artificial. Hermann Paul comenta:

"Os organismos psíquicos descritos são no fundo os autênticos portadores da evolução histórica. O que verdadeiramente se fala não sofre qualquer evolução." (p.37)

Se numa dimensão teórica os neogramáticos clamavam pela necessidade dessas duas inovações, a análise realizada por seus representantes ainda não espelhava com evidência o alcance pretendido. O certo é que a análise comparativa, cujo padrão mais elaborado lembrava Bopp, continuou a pautar a análise lingüística da época, mesmo na reflexão daqueles que se propuseram a superá-la.

Abstraídas essas dificuldades, os descompassos entre as posições teóricas do Prefácio e a prática de análise desenvolvida por Brugmann, mormente, é importante lembrar que os neogramáticos caminharam, de fato, numa direção a fazer frente à supremacia dos fenômenos físicos ligados à evolução fonética. Redimensionadas as intuições iniciais, elas foram cedendo lugar a uma reflexão ajustada sobre a importância dos aspectos psíquicos na compreensão dos fenômenos de evolução fonética. É novamente em Hermann Paul, um neogramático que teria sido mais conseqüente com as hipóteses levantadas, que vamos encontrar uma posição explícita:

"Para compreender o fenômeno que costumamos designar por alteração fonética temos de entender claramente os processos físicos e psíquicos que se realizam sempre durante a produção dos complexos de sons." (p.55)

Em seguida, o próprio autor menciona três fatores físicos, importantes no processo fala, a saber: *os movimentos dos órgãos fonadores, o sentido mecânico e as sensações sonoras*, para em seguida acrescentar:

"Estas sensações não são naturalmente processos só fisiológicos, mas também psicológicos. Mesmo depois de desaparecida a excitação física, elas deixam uma impressão psíquica durável, imagens da memória, que são da maior importância para a alteração fonética."
(p.59)

Um procedimento assim concebido não viria fazer concessão ao caráter de rigor na análise dos dados; ao contrário, os neogramáticos foram ainda mais cuidadosos na fixação das leis fonéticas. Reservaram essa denominação para fenômenos que pudessem ser tratados de forma mecânica e absolutamente regular, excluindo do seu alcance quaisquer aspectos menores da variação. A correlação postulada entre *processos fisiológicos* (as condições orgânicas de produção da fala) e *processos psicológicos* (as impressões psíquicas registradas pelo falante) era assegurada por princípios de correspondência, justificados em termos da força acionada na realização de cada um dos processos. Assim, se as línguas são regidas por uma força mecânica, que pode ser expressa por regras, elas contêm também uma força psíquica que se expressa pela presença da analogia. Essa hipótese dos neogramáticos (diferença entre fatos regidos por *regras* e fatos regidos pela *analogia*) testemunha a importância que uma categoria como a *analogia* assumiu nas reflexões sobre a linguagem. Bréal⁶, em capítulo específico sobre o tema, começa lembrando essa importância:

⁶ BRÉAL, M. *Ensaio de Semântica. Ciência das Significações*. São Paulo: EDUC, 1992. p. 53-63.

“Nos livros de lingüística publicados nos últimos quinze ou vinte anos, a analogia ocupa um lugar de destaque, não sem razão, pois o homem é naturalmente imitador e, se tem de inventar alguma expressão, mais do que depressa prefere tomar por modelo um tipo já existente que se esforçar para uma criação original. Engana-se, porém, se se apresenta a analogia como uma causa. A analogia é apenas um meio. (...)”

É possível que os objetivos do autor não traduzam diretamente o peso atribuído à *analogia* na formulação de Hermann Paul. Mas é precisamente na dimensão dos dois últimos períodos do texto acima que a opinião dos autores converge: se a *analogia* não é *causa*, ela não pode ser identificada a processos mecânicos. Sua relevância para a linguagem se confirma a partir de outras razões, por exemplo, aquelas lembradas por Hermann Paul em termos de estados mentais. Entretanto, ela costumava ser lembrada como procedimento para contornar, numa certa extensão, um descompasso enfrentado pela análise comparativa, na medida em que o apelo à analogia fugia às inconveniências de ter que, a cada momento, tratar casos pouco regulares no interior de uma regra geral. Nessa forma de conceber os fenômenos, eles pensavam residir a própria natureza da linguagem humana: uma regularidade mecânica (as *regras*) decorrente da conformação física dos falantes combinada a sensações, a imagens impressas na sua mente (a *analogia*).

As dificuldades da *analogia* também foram lembradas por Bréal:

“Será verdade, como se disse, que a analogia é uma força cega, avançando sem se deixar deter por nada?”

É difícil acreditar nisso quando, deixando a teoria, colocamo-nos em presença dos fatos. A experiência, ao contrário, prova que a analogia tem limites, os quais são ao menos tão interessantes de estudar quanto o fenômeno em si mesmo. Razões de clareza ou de harmonia bastam para colocá-la em xeque.

Uma última questão seria saber se a analogia merece essa espécie de desestima que alguns lingüistas parecem ter-lhe devotado."

Retomando a questão colocada para discussão e em contraste com esse esboço da proposta dos neogramáticos, constato que uma suposta ruptura que possa ser aqui demarcada (a necessidade de introdução de uma dimensão psíquica na análise) não neutraliza o postulado básico da Gramática Comparativa de que fazer lingüística é fazer uma *Lingüística do Significante*. As inovações ali pretendidas, se a tanto podemos chegar, ainda elegeram o território do *significante* como o lugar primeiro da sua intervenção. Pautar as questões da linguagem numa dimensão psíquica não significou, na reflexão dos neogramáticos, um avanço na direção do *significado*. Não que este ainda não tivesse despertado qualquer interesse: o livro de Hermann Paul, publicado em 1880, já incluía capítulos que abordavam mudanças semânticas (cap. IV, VII e XIV). Mas essas mudanças eram vistas, geralmente, a partir de uma extensão de princípios aplicados à análise do *significante*. A questão fundamental era o prestígio de uma *Lingüística do Significante* que os trabalhos de Bopp propiciaram alcançar e do qual os neogramáticos não conseguiram se livrar.

Conclui-se, então, dessa rápida avaliação, que o movimento dos neogramáticos não conseguiu abalar os fundamentos de uma ciência da linguagem construída com base num recorte radical, operado sobre a concepção de linguagem da Gramática Geral, o de fazer o analista voltar-se para o interior do seu próprio objeto e eleger ali aquilo que viria a constituir-se na razão de ser do seu conhecimento: o *significante*.

3.2 - Michel Béal no Essais de Sémantique

Embora o sucesso de uma *Lingüística do Significante* tenha ultrapassado os limites do séc.XIX (toda teoria fonológica desenvolvida pelo Círculo Lingüístico de Praga é uma *Lingüística*

do *Significante*⁷), a questão do *significado* vinha sendo cogitada, como mencionei anteriormente, já em finais daquele século. Essa menção, entretanto, não passava ainda de uma extensão dos parâmetros de análise do *significante* para uma exploração ao nível do *significado*. Essa contaminação metodológica prevaleceu por muito tempo e só foi desmontada, em parte, pela Semântica Estrutural⁸. Até então, a análise do *significado*, uma espécie de reserva de mercado da Filosofia Analítica (Frege, Carnap, Wittgenstein⁹), era apenas um contraposto à análise do *significante*: todos os manuais da época incluíam, ao lado de capítulos sobre a *mudança fonética*, um outro sobre a *mudança semântica*.

Michel Bréal parece representar, nesse contexto, uma presença um tanto diferenciadora. Ao publicar, em 1897, o livro *Essais de Sémantique*, obra tida como uma espécie de *fundamentos para a justificativa de uma semântica lingüística*, ele acena para uma outra dimensão da linguagem que havia merecido pouca atenção nas reflexões da Lingüística Histórica. Entretanto, não vamos encontrar neste livro nada que nos distancie muito da herança da Gramática Comparada; os compromissos metodológicos estavam ali disseminados. Todavia, o autor tem o mérito de buscar referências mais gerais para a configuração do problema do *significado* e de tentar, nesse quadro, uma explicação para os fenômenos de *mudança semântica*.

⁷ O princípio básico na definição de Fonema, sustentado pela Fonologia Estrutural, era mostrar que ele independia de qualquer apelo ao significado.

⁸ Mesmo no quadro da Semântica Estrutural, nota-se uma grande influência dos métodos de análise do Se. Nos primeiros capítulos do seu livro sobre Semântica, Greimas (GREIMAS, A. J. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.) propõe-se a aplicar os métodos desenvolvidos para a Fonologia na análise semântica. Entretanto, nesse mesmo capítulo o autor constata que o princípio que rege a análise do *significante* (oposição binária) não era adequada para a análise do *significado*, muitas circunstâncias.

⁹ Longe de entrar em detalhes, seria importante lembrar os aspectos mais relevantes desses autores em torno da análise do *significado*: Frege, relação sentido referente; Carnap, postulados de sentido; Wittgenstein, significado e uso.

Nem sempre é muito claro buscar especificar o que foi o trabalho sobre a *mudança semântica*, porque, sobretudo, não havia uma doutrina que pautasse os procedimentos de análise, a se julgar pelas justificativas, pelos instrumentos que foram aplicados na explicação de alterações de sentido¹⁰. Havia, no entanto, uma identificação precisa do problema que se pretendia analisar, a saber: como de um *significado*_i se chega a um *significado*_j, ambos situados historicamente em tempos distintos. Esquemáticamente, o problema pode ser assim representado:

$$Se_i/So_i \Rightarrow CAUSA \Rightarrow Se_j/So_j^{11}$$

Este esquema geral, coloca, em princípio, duas dificuldades. Então, dado que So_i realizava-se no tempo T_1 e que So_j realiza(va)-se no tempo T_2 , que é posterior a T_1 , o problema central seria postular *leis de causalidade*, à maneira de *leis da mudança fonética*, que pudessem dar conta da explicação de qualquer alteração de sentido detectável. Esse fato nunca esteve distante das preocupações daqueles que avaliaram a questão: Bréal, entre outros, pretendia uma explicação de causalidade para o fato em questão, com um estatuto mecânico similar ao de uma transformação fonética. Falou-se supostamente de *Leis Semânticas*, na mesma dimensão que se falava de *Leis Fonéticas*¹², mas nunca se chegou a uma formulação rigorosa da natureza da *causalidade* para as alterações de sentido e as tentativas de justificativa para

¹⁰ Excluindo o texto de Bréal, o autor que mais se aproximou à construção de um quadro geral para análise da *mudança de sentido* foi Ullmann. (Cf. ULLMANN, S. *Principles of Historical Semantics*.).

¹¹ As setas aqui utilizadas têm apenas o valor de uma ordenação temporal.

¹² *Leis Semânticas*, na verdade, não passaram de hipóteses que nunca foram conseqüentemente avaliadas, mesmo porque não havia, entre os autores da Semântica Diacrônica, um consenso sobre a questão: aquilo que um rotulava como *causa social*, podia ser para outro classificado como *causa política*, *causa cultural* etc.

essa *causalidade* acabaram por se transformar em procedimentos taxionômicos de identificação de causas.

A outra dificuldade que podemos derivar deste esquema decorre da ausência de uma uniformidade, depois do efeito de uma causa, para o So_j . De fato, So_j traduz-se por um complexo de realizações que se tornam possíveis para um Se qualquer, submetido ao processo de “desgaste” natural de qualquer signo dentro de um sistema. Vejamos, então, um primeiro esquema genérico:

$$Se_i/So_i \text{ (} \alpha \text{-original)} \Rightarrow \text{CAUSA} \Rightarrow Se_i/So_j \text{ (} \alpha \text{ original)} \\ \text{[+ novo]}$$

Assim, [α original] e [+ novo] traduzem, respectivamente, um complexo de traços iniciais e um complexo de traços adquiridos no processo de transformação. As combinações possíveis resultantes desta combinação ($[+\text{original}] \cap [+\text{novo}]$) e ($[-\text{original}] \cap [+\text{novo}]$) representam efeitos de transformação diferenciados: a segunda lembra, na denominação de Ullmann, uma *transferência de sentido*¹³, onde o signo resultante, contendo um So_j , não guarda “qualquer” relação semântica com o So_i ; a primeira constitui aquilo que ficou conhecido como *restrição de sentido* ($[+\text{original}] \cap [+\text{novo}, +\text{restrição}]$) e como *ampliação de sentido* ($[+\text{original}] \cap [+\text{novo}, -\text{restrição}]$). A *restrição de sentido* costuma ser, por exemplo, associada a uma necessidade de especialização do vocabulário: qualquer linguagem técnica pode buscar, na linguagem

¹³ Com base em hipóteses mais recentes sobre a possibilidade de que quaisquer divergências polissêmicas possam ser redutíveis a uma *monossemia*, em algum grau de abstração de representação do seu significado, o conceito de *transferência de sentido* torna-se vulnerável. Por exemplo, a polissemia do signo *cabo*, em português ($[So1: \text{suporte de manuseio de um objeto}]$, $[So2: \text{posto da carreira militar}]$, $[So3: \text{acidente geográfico}]$, $[So4: \text{fio condutor de energia}]$) seria redutível a um traço comum na representação do seu significado, isto é, $So1 \dots \rightarrow So4$ conteriam em sua representação o traço [+extremidade/ terminalidade]. Se este fato é verdadeiro, teríamos para *cabo* uma *ampliação de sentido*, a partir de uma base monossêmica.

ordinária, signos e dar a eles um campo de aplicação restrito. Se a linguagem jurídica distingue os signos assalto e roubo pela presença, no significado do primeiro, de um traço que reporta [acuação de pessoas], ela o faz pela exigência de uma especialização de fatos representativos para sua prática; por exemplo, a importância da atribuição de penas diferentes a cada uma das ações assim qualificadas. A *ampliação de sentido*, todavia, parece ser a prática mais comum na linguagem, pois exemplifica, de modo mais dinâmico, a necessidade de uma potencialização dos significantes, isto é, cada vez estamos mais propensos a reciclar os "velhos" significantes que já estão em circulação. Assim, se em algum momento o signo embarcar esteve comprometido com um significado único que sua forma derivacional pode testemunhar ([em + barco + ar]), sabemos que ele foi potencializado, por *ampliação de sentido*, para cobrir ([movimento] \wedge [para dentro]) sem qualquer especificação do meio (de transporte), para o qual ele possa ter sido originariamente criado.

Decidir se se trata de *ampliação* ou de *restrição de sentido* nem sempre é uma tarefa descritiva muito cômoda (se possível!), porque isso requer que sejamos capazes de operar com dois fatores: (a) a determinação de um significado originário, a partir do qual possamos justificar um ou outro movimento de mudança; (b) a disponibilidade de uma *métrica* para avaliação do significado, de tal modo a nos permitir, seja pela quantidade de traços recorrentes, seja pela sua natureza, justificar um dos movimentos em questão. Se isolarmos dois significados possíveis para o signo massa, podemos entender parte destas dificuldades. Na linguagem ordinária, massa pode representar, sem detalhes maiores, [mistura \wedge [sólido] \wedge [líquido]], enquanto em Física, [quantidade de matéria de um corpo]. É comum que partamos do primeiro caso para derivar o segundo, numa suposição de que foi a Física que se apropriou da sentido comum e o especializou. Todavia, podemos estender este raciocínio à grande maioria dos casos em que constatamos mudança de sentido? Como fica o caso

de cabo, citado anteriormente, e mesmo o de massa, quando recorremos a outros significados?

Em síntese, as duas últimas formas de compreensão da *mudança semântica* representam o que há de mais consensual em torno da questão. Desconfia-se da possibilidade de uma alteração de sentido, onde o significado original possa ser completamente apagado. Muitos exemplos usados para ilustrar este fato costumam lembrar apenas uma coincidência entre *significantes* (e não uma transformação de significados originais em significados derivados), sobretudo, porque o So_1 pode não desaparecer por completo do sistema. Além do mais, a tendência de se condicionar a existência da polissemia a uma possibilidade de *redução sêmica*, acentuaria ainda mais o fato de que a *mudança semântica* não tem o poder de *anular* totalmente o significado original. Isso é uma questão extensa e muito complexa que foge, por completo, aos objetivos dessa reflexão. A intenção aqui foi apenas a de traçar um perfil de dificuldades que a transposição de uma metodologia de análise dos fatos fonéticos para os semânticos trouxe para a lingüística.

Esse quadro descrito já mostra que os problemas aqui situados pertencem a um universo muito distinto, em função das exigências de fundamentação analítica. Enquanto as *Leis Fonéticas* encontravam, no interior do próprio sistema, razões suficientes para sua justificação (*organização simétrica de grupos de consoantes, gradação de vogais, restrições de combinação entre sons, mudanças pela perda parcial, ou pelo enfraquecimento de traços*), as citadas *Leis Semânticas* (que nunca foram formuladas) tiveram que buscar fora do sistema categorias que fossem capazes de qualificar a noção de *causalidade*. Aqui, então, verifica-se o ponto mais frágil desse projeto (num contraste com a compreensão dos fenômenos da linguagem pela *Gramática Comparativa*), pois, na impossibilidade de se dar à noção da *causalidade* uma dimensão mecânica, justificada no interior do próprio sistema, buscou-se, a partir de uma avaliação de marcas do produto (So_1), criar uma tipologia de causas, o que acabou por gerar uma preocupação classificatória para elas, sem muita consistência na fundamentação

dos fatos; daí, *causas sociais, políticas, econômicas, culturais, históricas, lingüísticas*, num processo sem muito critério para este recorte pretendido.

Diante da questão levantada, que interferências podemos assegurar nesse primeiro momento de contraposição entre abordagens que marcaram um pendor ora para o *significante*, ora para o *significado*? O primeiro aspecto que ressalta nesse confronto é que, embora a questão do *significado* viesse se constituindo numa lacuna na Gramática Comparada, a formulação apresentada não era suficiente para fazer frente, seja quanto ao rigor de aplicação dos métodos de análise, seja quanto ao seu alcance. A Gramática Comparada era capaz de, com critérios objetivos, dar respostas precisas para um conjunto diverso de fatos e fez, da sua abordagem, um apparatus também capaz de respostas orgânicas para compreender a constituição e evolução de um sistema; já a Semântica Diacrônica perdia-se num cipoal de causas tipológicas, e não conseguia argumentos suficientes para se contrapor a um processo que já vinha dando mostras de cansaço e de contradições. Além do mais, não havia o que condenar, do ponto de vista operacional, nos procedimentos de análise, pois o método comparativo oferecia um instrumento aguçado para análise de fatos lingüísticos.

Assim, embora a Semântica não tenha conseguido, nesse formato de reflexão sobre a linguagem legado pelo método comparativo, alcançar o mesmo ritmo de formulação, ela consegue ensaiar os primeiros passos de um processo diferenciador para a análise lingüística, na medida em que se propõe o conceber o SER (da linguagem), na sua forma de *significado*. Entretanto, confunde-se ao tentar avançar na análise do seu DEVIR, já que não dispunha de instrumentos analíticos para fazer operar a noção de *causalidade*. As lacunas, então, começar a tornar-se freqüentes, a análise turva-se diante de certos fatos, perde-se o domínio dos lados que a noção de causa implica. Por mais que se tenha buscado, por analogia ou não, um modelo capaz de dar conta da mudança de sentido, a Semântica Diacrônica não foi uma hipótese de trabalho

suficientemente articulada, a ponto de fazer avançar questões sobre o *significado*, num território de domínio quase absoluto de uma *Lingüística do Significante*.

4 - Conclusão

Os comentários aqui desenvolvidos constituem apenas uma aproximação a alguns dos aspectos teóricos que representou, no séc. XIX, o Projeto da Gramática Comparada. O objetivo principal foi o de avaliar dimensões do eixo conceitual em torno do qual esse Projeto foi formulado e daí derivar suas repercussões mais imediatas nas propostas subseqüentes de estudos da linguagem.

Qualquer reflexão que vise avaliar a reconstrução do conhecimento sobre a linguagem neste século, certamente, terá de passar por um estudo sobre o "espólio" da Gramática Comparada. Essa, é importante lembrar, nem mesmo dentro da própria Lingüística Moderna, teve um reconhecimento, na sua devida extensão; talvez devido a uma certa vulgarização de suas propostas, que acabou por estreitar demais sua concepção teórica, chegando até nós, através de certos manuais, de forma banal e deteriorada. Isso, porém, não pode ser usado como pretexto para diminuir a ressonância de uma forma de conhecimento, de procedimentos de análise dos mais importantes no séc. XIX.

No âmbito de suas repercussões, com certeza, todo o desenvolvimento da Teoria de Saussure, os trabalhos do Círculo de Lingüística de Praga com a Fonologia, a pesquisa na área de Morfologia, nas décadas de 40-50, e a questões metodológicas levantadas pela Semântica Estrutural têm braços herdados dos princípios de análise elaborados pela Gramática Comparada.